

6	MOTORISTA DE AUTOMÓVEIS OFICIAL – CBO 7823-05	POSTO	8	12	R\$ 5.828,34	R\$ 46.626,72	R\$ 69.940,08	R\$ 559.520,64
7	DIÁRIA INTERMUNICIPAL	DIÁRIA	192	-	R\$ 165,98	-		R\$ 31.868,16
8	DIÁRIA INTERESTADUAL	DIÁRIA	15	-	R\$ 289,74	-		R\$ 4.346,10
9	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR TERCEIRIZADO – CBO 3341-15COM ADICIONAL NOTURNO.	POSTO	3	12	R\$ 3.629,42	R\$ 10.888,26	R\$ 43.553,04	R\$ 130.659,12
10	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR TERCEIRIZADO – CBO 7824-10COM ADICIONAL NOTURNO.	POSTO	3	12	R\$ 5.133,98	R\$ 15.401,94	R\$ 61.607,76	R\$ 184.823,28
VALOR TOTAL DO LOTE 01								R\$ 4.052.563,02

LOCAL E DATA: Rio Branco/AC, 18 de dezembro de 2025.

ASSINAM: Aberson Carvalho de Sousa – Secretário de Estado de Educação e Cultura – Pelo Órgão Gestor
Rondinele Barros de Lima – Lopes Serviço e Comércio Ltda. – EPP – Prestador de Serviço

SEFAZ

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE
SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ Nº 751, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova os valores de base de cálculo e estabelece prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA referente ao exercício de 2026. O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 4.059-P, de 5 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial nº 13.550, de 7 de junho de 2023; e CONSIDERANDO a COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 258/2025/SEFAZ – DETIT (SEI 0018744195) exarado pelo Departamento do ITCMD/IPVA/TAXAS; CONSIDERANDO o Despacho nº 1630/2025/SEFAZ – CGSARE (SEI 0018757270) exarado pela Secretaria Adjunta da Receita Estadual – SARE; e Considerando o constante dos autos do processo nº 0715.012505.00098/2025-31.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria aprova o valor da base de cálculo para lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente ao exercício de 2026, conforme Anexo Único.

Art. 2º O imposto a ser recolhido será o resultante da aplicação da alíquota prevista no art. 25 da Lei Complementar nº 483, de 17 de dezembro de 2024, sobre a base de cálculo indicada no Anexo Único de acordo com o tipo, marca e modelo do veículo.

Art. 3º O pagamento do IPVA poderá ser efetuado em cota única ou em até cinco parcelas, de acordo com o algarismo final da placa, nos seguintes prazos:

Veículos com final de placa	Vencimento da cota única ou 1ª cota	Vencimento da 2ª cota	Vencimento da 3ª cota	Vencimento da 4ª cota	Vencimento da 5ª cota
1 e 2	30/01/2026	27/02/2026	31/03/2026	30/04/2026	29/05/2026
3 e 4	27/02/2026	31/03/2026	30/04/2026	29/05/2026	30/06/2026
5 e 6	31/03/2026	30/04/2026	29/05/2026	30/06/2026	31/07/2026
7 e 8	30/04/2026	29/05/2026	30/06/2026	31/07/2026	31/08/2026
9 e 0	29/05/2026	30/06/2026	31/07/2026	31/08/2026	30/09/2026

§ 1º O pagamento do imposto em cota única, até o vencimento, terá redução de 10% (dez por cento), conforme § 1º do art. 28 da Lei Complementar nº 483, de 2024.

§ 2º Em caso de parcelamento, o valor de cada cota obedecerá aos seguintes critérios de amortização:

- I – em cinco parcelas, cada cota corresponderá a 20% do imposto devido;
- II – em quatro parcelas, cada cota corresponderá a 25% do imposto;
- III – em três parcelas, a primeira cota corresponderá a 33,34%, as segunda e terceira cotas corresponderão a 33,33% do imposto devido, respectivamente;
- IV – em duas parcelas, cada cota corresponderá a 50% do imposto;

§ 3º O Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT estabelecerá os valores das parcelas do imposto, que não poderão ser inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º O pagamento de qualquer parcela exclui a possibilidade de emissão do Documento de Arrecadação Estadual – DAE cota única.

§ 5º O atraso em qualquer parcela veda a emissão da Certidão Negativa.

§ 6º Em caso de transmissão da propriedade do veículo a qualquer título no transcorrer do exercício, o pagamento do IPVA deverá ser efetuado em cota única antes de sua transferência ao novo proprietário, considerando-se vencidas, nesta data, as cotas não liquidadas, não se aplicando os prazos previstos no caput deste artigo.

§ 7º A transferência do veículo decorrente de herança fica condicionada a apresentação do alvará judicial, nos casos de inventário judicial, ou de apresentação de certidão de quitação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, para os inventários extrajudiciais, e ao pagamento do IPVA na forma do § 5º do art. 30 da Lei Complementar nº 483, de 2024, conforme o caso.

Art. 4º Para o pagamento do imposto o proprietário deverá emitir o DAE exclusivamente pelo site www.detran.ac.gov.br.

§ 1º A Secretaria de Estado da Fazenda em conjunto com o Departamento Estadual de Trânsito poderá remeter aos proprietários de veículos automotores o DAE devidamente preenchido.

§ 2º O envio do DAE tem caráter meramente auxiliar devendo o pagamento do imposto ser realizado pelo contribuinte ou responsável independentemente de seu recebimento.

§ 3º Após a data para pagamento prevista na tabela do artigo anterior, o DAE será emitido com acréscimo dos encargos legais cabíveis para pagamento até o dia posterior ao da emissão.

§ 4º Na hipótese de débito vencido há mais de três meses, o DAE poderá ser emitido para pagamento até o último dia útil do mês de emissão.

§ 5º Não havendo o pagamento espontâneo, o IPVA será lançado de ofício pela Administração Tributária acrescido de encargos moratórios conforme incisos I e II do art. 29 da Lei Complementar nº 483, de 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Rio Branco – Acre, 17 de dezembro de 2025.